



INVESTIMENTO COMO ESTRATÉGIA DE APOSENTADORIA NO CONTEXTO DA CRISE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

INVESTMENT AS A RETIREMENT STRATEGY IN THE CONTEXT OF THE SOCIAL
SECURITY CRISIS IN BRAZIL

Gustavo Henrique Nogueira Cunha¹

Graduando em Administração pela UniEVANGÉLICA - GO.

Marcio Dourado Rocha²

Orientador (a) do Trabalho de Conclusão de Curso –GO

¹ Gustavo Henrique Nogueira Cunha- Bacharelado no curso de Administração pelo Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA) –Brasil - Email: gustavobugatava@hotmail.com

² Márcio Dourado Rocha – Professor do curso de Administração do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA) – Brasil - Email: márcio.rocha@unievangelica.edu.br



RESUMO

O estudo analisa como os brasileiros lidam com o planejamento financeiro e avaliam os investimentos como estratégia complementar diante da crise da Previdência Social. A pesquisa parte do problema da insuficiência do benefício do INSS para manter o padrão de vida na aposentadoria. Assim, o trabalho estabelece como objetivo geral compreender o comportamento financeiro dos indivíduos e identificar de que forma percebem os investimentos como alternativa para garantir maior segurança econômica no futuro. Para isso, utiliza metodologia descritiva, com abordagem quantitativa e caráter exploratório, fundamentada na aplicação de um questionário on-line a 194 participantes, além de pesquisa bibliográfica em livros, artigos e documentos institucionais. O estudo verifica que a maioria não controla adequadamente seus gastos, não poupa com regularidade e apresenta dificuldade em compreender conceitos básicos de investimento. Identifica também que a poupança permanece como a principal aplicação, mesmo com baixa rentabilidade, e que poucos investem com foco previdenciário. Os resultados demonstram que os participantes reconhecem a insuficiência do INSS e atribuem a si próprios a responsabilidade pela aposentadoria, mas não convertem essa percepção em práticas financeiras consistentes. Conclui que a educação financeira exerce papel essencial na formação de hábitos de poupança e investimento, sendo determinante para fortalecer a autonomia individual e enfrentar a crise previdenciária brasileira.

Palavras-chave: Educação financeira; Independência financeira; Comportamento financeiro; Percepção Previdenciária; Investimentos.

ABSTRACT

The study analyzes how Brazilians manage their financial behavior and perceive investments as a complementary strategy in the context of the Social Security crisis. The research addresses the problem of the insufficiency of the INSS benefit to maintain living standards after retirement. Thus, the study establishes as its main objective to understand individuals' financial behavior and identify how they view investments as an alternative to ensure greater long-term economic security. The methodology adopts a descriptive, quantitative, and exploratory approach, based on an online questionnaire applied to 194 participants, combined with a literature review drawing from books, scientific articles, and institutional documents. The results show that most respondents do not systematically control their expenses, fail to save regularly, and face difficulties understanding basic investment concepts. The study finds that savings accounts remain the most common form of investment despite their low returns, and that few individuals invest with a retirement focus. Findings also reveal that participants recognize the insufficiency of the public pension system and consider themselves responsible for their own retirement, although this awareness does not translate into consistent financial practices. The study concludes that financial education plays a decisive role in fostering saving and investment habits, strengthening individual autonomy, and helping society address the challenges posed by the Brazilian Social Security crisis.

Key words: Financial education; Financial independence; Financial behavior; Retirement awareness; Investments.



1 INTRODUÇÃO

A educação financeira se refere à forma com que as pessoas aprendem a lidar com o seu dinheiro de maneira saudável, confortável, inteligente e segura. A educação financeira ajuda as pessoas a gastar o dinheiro de forma mais consciente, promovendo segurança econômica e autonomia no longo prazo. No Brasil, a ausência desse tema no currículo escolar resulta em uma população vulnerável ao endividamento, golpes financeiros e investimentos arriscados.

De acordo com o Ministério da Fazenda 2025, a Previdência Social é uma política pública criada para garantir uma fonte de renda ao trabalhador quando ele não pode mais exercer sua atividade profissional. Ela oferece proteção em diferentes momentos da vida, como em casos de doença, invalidez, idade avançada, desemprego involuntário, maternidade ou reclusão, além de amparar a família em caso de morte do segurado. Esse sistema é mantido por meio das contribuições de trabalhadores, empresas e do próprio Estado, funcionando como uma rede de segurança que busca assegurar estabilidade e dignidade financeira aos cidadãos. Em outras palavras, previdência social é um sistema público que assegura a aposentadoria dos trabalhadores brasileiros.

Basicamente, previdência social funciona de duas formas, RGPS (Regime Geral de Previdência Social) e RPPS (Regime Próprio de Previdência Social). No RGPS os trabalhadores de carteira assinada contribuem todos os meses por meio de um valor que é descontado na folha salarial, e recolhido pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Esse valor contribui para pagar as pessoas que estão aposentadas, ou seja, quem trabalha é quem paga a aposentadoria de quem está aposentado. O RPPS é destinado aos servidores públicos, que também contribuem com parte do salário e o órgão público faz outra contribuição, a diferença é que cada entidade administra os próprios recursos, por exemplo, os servidores de Goiás têm os recursos administrados de modo separado dos servidores de Minas Geras.

Ao comparar a pirâmide etária do Brasil nos anos de 1990 e 2022, segundo dados do IBGE (2025), observa-se uma tendência de redução no número de filhos por família ao longo do tempo. Essa dinâmica impacta diretamente o sistema previdenciário, baseado no regime de repartição, no qual os trabalhadores em atividade financiam os benefícios dos aposentados. Com o aumento do contingente de pessoas aposentadas e a diminuição proporcional de contribuintes, ocorre um desequilíbrio que compromete a sustentabilidade do sistema e pode torná-lo inviável no futuro.



No Brasil, a preocupação com a aposentadoria tem se tornado cada vez mais relevante devido às incertezas sobre o futuro do sistema previdenciário público, às constantes reformas na legislação previdenciária e aos déficits de bilhões de reais na previdência. Diante desse cenário, os investimentos no mercado financeiro podem ser uma estratégia alternativa para proporcionar maior estabilidade no longo prazo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Financeira e seu Papel Social

Kiyosaki (2000, apud Medeiros et al., 2021) observa que as escolas, em geral, não ensinam sobre o dinheiro, concentrando-se em apenas habilidades acadêmicas e profissionais. Essa falta de educação financeira faz com que até mesmo pessoas com alto grau de graduação como médicos, gerentes e contadores, enfrentem dificuldades financeiras ao longo da vida. O autor destaca que a nossa impressionante dívida nacional se deve em boa medida a políticos e gestores públicos, que muitas das vezes tomam decisões sem o conhecimento necessário sobre finanças. Diante disso, ele defende a inclusão da educação financeira desde o ensino básico. Isso faz com que se formem cidadãos e líderes mais conscientes e preparados para lidar com os desafios econômicos.

Medeiros et al. (2021) reforçam essa ideia ao afirmar que aprender a administrar o próprio dinheiro desde cedo é essencial para construir uma sociedade mais equilibrada e responsável. Os autores destacam que, saber gerir bem os recursos é mais importante do que simplesmente acumular riqueza, pois o planejamento financeiro consciente permite um uso mais sustentável do dinheiro e contribui para o bem-estar individual e coletivo.

Na mesma direção, Mendes et al (2025) chama a atenção para a importância da educação financeira entre os jovens, especialmente em um cenário dominado pela desinformação nas redes sociais e pelo consumo impulsivo. Ele explica que aprender a poupar e investir com responsabilidade é um passo fundamental para formar cidadãos capazes de tomar decisões financeiras mais seguras em um mundo cada vez mais digitalizado.

Silva (2022) acrescenta que o Brasil ainda enfrenta grandes deficiências na área de educação financeira, o que faz com que muitas pessoas sintam medo de investir ou sequer compreendam o funcionamento do mercado financeiro. Essa falta de conhecimento acaba afastando a população de oportunidades que poderiam gerar crescimento econômico e maior independência financeira.



Por fim, Wisniewski (2011) ressalta que a educação financeira também está diretamente ligada à sustentabilidade, pois ajuda a combater o consumo excessivo e o endividamento das famílias. A autora explica que, sem uma base sólida de conhecimento financeiro, grande parte da população permanece à margem dos investimentos de longo prazo, como o mercado de capitais, um espaço que precisa de mais pequenos investidores para se tornar mais dinâmico e acessível. Assim, investir em educação financeira é investir em uma sociedade mais consciente, equilibrada e inclusiva, onde o dinheiro é usado como ferramenta de desenvolvimento, e não de desigualdade

2.2 Previdência Social e seus Desafios no Brasil

De acordo com a apostila do Programa Bem-Estar Financeiro, módulo 7 (2021), elaborada pela CVM em parceria com a Escola de Educação Financeira do Rioprevidência, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS/INSS) destina-se aos trabalhadores do setor privado e aos servidores públicos que não estejam vinculados a um regime próprio. Trata-se de um sistema obrigatório, pois toda pessoa que realiza alguma atividade remunerada precisa estar vinculada a ele. É também um sistema de alcance nacional, uma vez que suas regras são as mesmas em todo o país, e tem natureza pública, já que sua gestão é responsabilidade do Estado.

O funcionamento do RGPS/INSS baseia-se no princípio da repartição simples, em que as contribuições dos trabalhadores em atividade financiam os benefícios pagos aos aposentados. Esse modelo reflete a solidariedade entre gerações: os trabalhadores atuais sustentam os aposentados de hoje, e, futuramente, suas aposentadorias serão custeadas pelas contribuições de novos trabalhadores. Tal sistema, garantido pela Constituição Federal, é amplamente adotado nos regimes previdenciários públicos ao redor do mundo.

Para ilustrar, considere um trabalhador de 35 anos que contribui formalmente para a Previdência Social. Suas contribuições não são destinadas diretamente à sua própria aposentadoria, mas ao pagamento dos benefícios dos aposentados atuais. No entanto, essa contribuição é o que lhe assegura o direito de, no futuro, também se aposentar, mantendo o ciclo de solidariedade intergeracional.

Além de sua função previdenciária, o regime público atua como um seguro social, voltado ao compartilhamento de riscos entre seus participantes. Assim como em um seguro de automóvel em que todos contribuem, mas apenas os que enfrentam problemas são indenizados, na Previdência Social todos os segurados contribuem, e aqueles que enfrentam situações como



acidentes, doenças incapacitantes ou morte têm direito a benefícios, como auxílio por incapacidade e pensão por morte para os dependentes.

O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), por sua vez, é destinado aos servidores públicos efetivos e instituído por cada ente federativo (União, estados, Distrito Federal e municípios) que assegure, no mínimo, os benefícios de aposentadoria e pensão por morte. Cada ente é responsável por organizar e gerir a previdência de seus servidores ativos, aposentados e pensionistas.

No Brasil, a União, o Distrito Federal, os estados e todas as capitais instituíram seus respectivos regimes próprios. Entretanto, muitos municípios ainda não o fizeram, mantendo seus servidores vinculados ao RGPS.

Farah (2018) aponta que um dos principais desafios enfrentados pela Previdência Social está no envelhecimento da população. À medida que o número de idosos cresce e o de jovens trabalhadores diminui, o sistema passa a gastar mais do que arrecada, tornando-se cada vez mais difícil de sustentar. Diante desse cenário, a autora reforça a importância de incentivar a educação financeira e o planejamento pessoal, para que cada indivíduo possa se preparar melhor para a aposentadoria e garantir estabilidade no futuro.

De forma complementar, Silva e Júnior (2025) explicam que a crise da Previdência no Brasil não é recente nem causada por um único fator. Ela resulta de uma combinação de problemas históricos e estruturais, como a má gestão dos recursos, o corporativismo estatal, as crises econômicas e até a corrupção. Além disso, o envelhecimento populacional tem agravado a situação: com menos pessoas contribuindo e mais idosos dependendo do sistema, o equilíbrio financeiro se torna cada vez mais difícil. Os autores ressaltam que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o número de pessoas com mais de 65 anos deve dobrar nas próximas décadas, o que reforça a urgência de buscar reformas e alternativas que tornem o sistema mais sustentável.

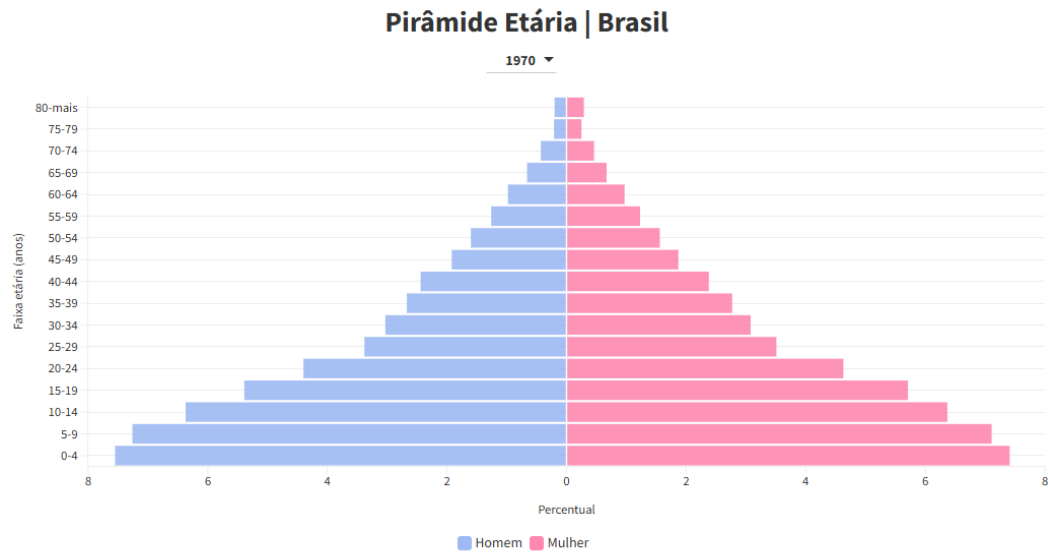


Figura 1. (IBGE, Censo Demográfico.1970)

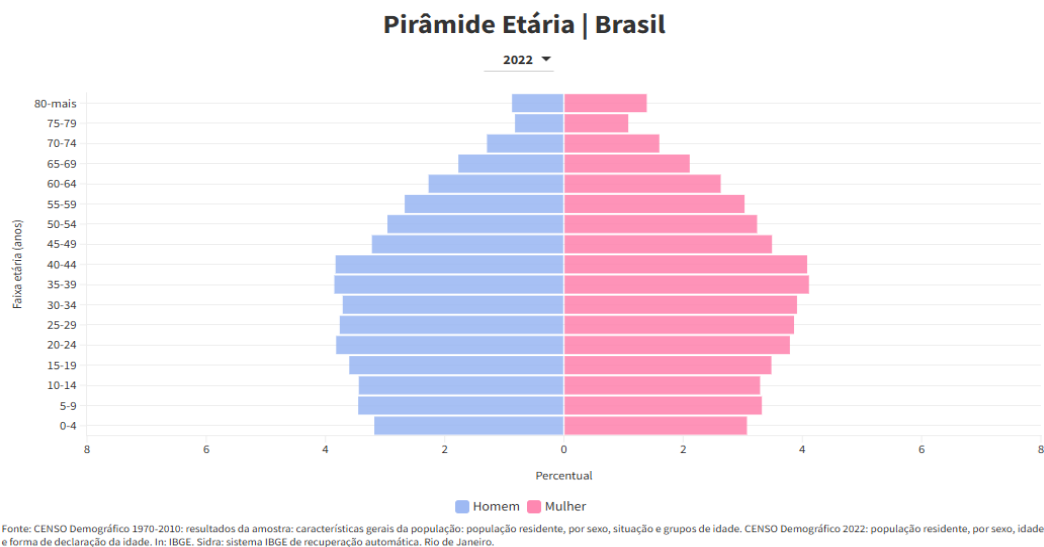


Figura 2. (IBGE, Censo Demográfico.2022)

Os gráficos de pirâmide etária do Brasil evidenciam de forma visual a transição demográfica mencionada pelos autores, demonstrando o envelhecimento progressivo da população e a redução na base jovem, fatores que impactam diretamente a sustentabilidade do sistema previdenciário e reforçam a necessidade de planejamento financeiro individual.

A notícia divulgada pelo Ministério da Fazenda (2024) confirma, na prática, as preocupações apontadas pelos autores e ilustradas pelas pirâmides etárias do Brasil. O elevado déficit da Previdência Social, que já supera R\$ 240 bilhões no ano, mostra de forma clara os impactos do envelhecimento populacional e da diminuição do número de contribuintes em



relação aos aposentados. Esse cenário revela que o desequilíbrio previdenciário não é um problema distante, mas uma realidade que já afeta as contas públicas do país. Diante disso, fica evidente a necessidade de incentivar uma mentalidade voltada para o investimento, estimulando a participação no mercado de capitais como alternativa para a construção de patrimônio e a garantia de segurança financeira no longo prazo.

Silva e Júnior (2025) também observam que esse desafio não é exclusivo do Brasil. Diversos países, como França, Alemanha, Grécia e Suécia, já realizaram várias reformas em seus sistemas previdenciários, adotando medidas como o aumento da idade mínima e do tempo de contribuição. No entanto, essas mudanças têm feito com que as pessoas precisem trabalhar por mais tempo, o que evidencia a limitação do modelo atual e a importância de cada indivíduo buscar formas próprias de se planejar financeiramente para o futuro.

Silva (2016) reforça essa visão ao destacar que muitas pessoas, por falta de conhecimento financeiro, acabam enfrentando uma queda significativa na renda após a aposentadoria. Essa situação as obriga a mudar o padrão de vida que tinham durante o período ativo de trabalho. Por isso, o autor defende a importância de começar o planejamento financeiro o quanto antes, para garantir uma aposentadoria mais tranquila e com qualidade de vida.

Por fim, Martins e Campani (2019, apud Santos, 2021) destacam que as constantes mudanças nas regras da Previdência Social, desde a década de 1990, têm gerado insegurança e desconfiança entre os brasileiros. Nos últimos anos, essa instabilidade tem aumentado, o que preocupa tanto quem está prestes a se aposentar quanto quem está apenas começando a trabalhar. Esse cenário reforça a necessidade de repensar o modelo previdenciário e, principalmente, de fortalecer a educação financeira, para que as pessoas possam planejar o próprio futuro com mais autonomia e segurança.

2.3 Investimentos como Alternativa para Aposentadoria

Moreira (2022) ressalta que, embora existam três principais formas de preparação para a aposentadoria sendo elas: contribuição à Previdência Social, previdência privada e a acumulação própria de patrimônio, a última se destaca por oferecer maior autonomia, flexibilidade e controle sobre os recursos. A autora explica que a acumulação de ativos geradores de renda, como imóveis, ações e títulos, permite transformar parte da renda ativa em investimentos que produzem retornos futuros, criando um ciclo sustentável de crescimento patrimonial. Essa estratégia contribui para a formação de renda passiva, assegurando estabilidade financeira,



independência em relação a políticas governamentais e melhor qualidade de vida durante a aposentadoria.

Em consonância com essa perspectiva, Silva (2022) destaca que o sucesso nos investimentos depende não apenas de conhecimento técnico, mas também de equilíbrio emocional. O autor enfatiza que o investidor deve priorizar o controle das emoções, evitando decisões impulsivas motivadas por pressa, ganância ou modismos de mercado. A educação financeira, nesse contexto, torna-se uma ferramenta fundamental para desenvolver disciplina e visão de longo prazo. O autor acrescenta que, com paciência e constância, o investidor pode atingir um estágio em que os rendimentos provenientes de dividendos se igualam ou superam os valores de aporte, permitindo assim um reinvestimento autossustentável. Esse processo representa o alcance da independência financeira, momento em que o trabalho deixa de ser uma obrigação e se transforma em uma escolha, garantindo maior liberdade, propósito e estabilidade econômica.

Nessa mesma linha, Barbieri e Weiler (2024) reforçam que os investimentos em ações, fundos ou títulos de renda fixa permite aos indivíduos acumular riqueza e criar fontes de renda passiva, reduzindo a dependência do trabalho ativo e do sistema previdenciário público. Essa estratégia é fundamental para a independência financeira, proporcionando maior liberdade, segurança e estabilidade econômica ao longo da vida. A renda passiva, obtida por meio de dividendos, juros ou aluguéis, assegura um fluxo constante de recursos, especialmente relevante durante a aposentadoria, garantindo a manutenção do padrão de vida, autonomia e tranquilidade financeira.

É plenamente viável alcançar a independência financeira por meio de rendimentos provenientes de investimentos. Um exemplo notável é o investidor Luiz Barsi, cuja trajetória foi destacada em matéria publicada pela XP Investimentos (2021). Sua fortuna é estimada em aproximadamente R\$ 4 bilhões em ações, consolidando-o como um dos maiores investidores individuais do país. Conhecido como o “rei dos dividendos”, Barsi recebe mais de R\$ 1 milhão em proventos por dia, resultado de uma estratégia consistente e disciplinada de longo prazo.

Sua metodologia baseia-se na aquisição recorrente de ações de empresas sólidas e lucrativas, especialmente aquelas com histórico de pagamento constante de dividendos, vantagem competitiva e atuação em setores perenes da economia. O objetivo é atingir um ponto em que os rendimentos obtidos com dividendos sejam suficientes para reinvestir os aportes, gerando um ciclo de crescimento exponencial da renda.



Assim, Barsi construiu uma carteira previdenciária de ações, fundamentada na paciência, na análise criteriosa e na visão de longo prazo, princípios que demonstram que investir de forma estratégica e disciplinada pode ser um caminho concreto para a construção de patrimônio e para a geração de renda passiva sustentável.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho foi estruturada para responder ao problema central da pesquisa: compreender como os brasileiros lidam com seus hábitos financeiros e de que forma percebem os investimentos como estratégia complementar à aposentadoria. Assim, o propósito da pesquisa é analisar o comportamento financeiro dos indivíduos e identificar os fatores que influenciam, positivamente ou negativamente, a adoção de práticas de investimento voltadas ao longo prazo.

A pesquisa caracteriza-se como descritiva, uma vez que busca detalhar características da população estudada, especialmente no que se refere ao controle financeiro, hábitos de poupança, conhecimento sobre investimentos e percepção da insuficiência do INSS. Conforme Gil (2019), pesquisas descritivas são adequadas quando se pretende observar fenômenos sem interferência do pesquisados, permitindo maior precisão na identificação de padrões e tendências.

A pesquisa utiliza uma abordagem quantitativa, pois transforma as respostas dos participantes em dados numéricos que podem ser organizados em gráficos, tabelas e percentuais. Segundo Creswell (2010), a abordagem quantitativa é adequada quando se busca medir comportamentos, comparar grupos e identificar relações entre variáveis, como escolaridade, renda e hábitos de investimento.

Além disso, apresenta caráter exploratório, pois contribui para ampliar a compreensão sobre o comportamento financeiro dos brasileiros, tema ainda marcado por lacunas de conhecimento e carência de registros sistemáticos, como destacam Creswell (2010) e Hair et al. (2009).

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo, uma vez que coletou dados diretamente de indivíduos reais, fora do ambiente controlado de laboratório. O instrumento escolhido foi um questionário estruturado, composto por perguntas objetivas e de múltipla escolha, seguindo o modelo recomendado por Marconi e Lakatos (2017) para pesquisas que exigem respostas rápidas, padronizadas e comparáveis.



Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram utilizadas duas fontes principais sendo elas fontes secundárias como livros, artigos científicos e materiais institucionais sobre educação financeira, previdência social e investimentos, que fundamentaram o referencial teórico. E fontes primárias como dados coletados diretamente por meio de um questionário estruturado elaborado pelo pesquisador, aplicado de forma on-line.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A coleta de dados, conforme descrito na metodologia, foi realizada por meio do questionário apresentado no Anexo A, disponibilizado entre 09 de setembro de 2025 e 03 de outubro de 2025, via Google Forms, com ampla divulgação em redes sociais. Ao final do período, foram obtidas 194 respostas válidas.

Inicialmente, identificou-se que 53,1% dos respondentes possuem entre 18 e 35 anos. No que se refere ao nível de escolaridade, 38,1% possuem ensino médio completo e 36,6% apresentam ensino superior completo, demonstrando uma amostra composta majoritariamente por jovens adultos com formação educacional variada.

A primeira questão específica do instrumento investigou se os participantes costumam controlar seus gastos mensais, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 01 – Forma de controle de gastos

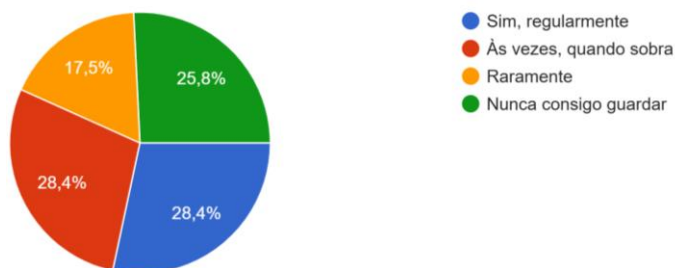


Fonte: Cunha, 2025.

Os resultados indicam que menos de um quarto dos respondentes registra todas as despesas, enquanto mais da metade realiza apenas um controle aproximado. Esse cenário confirma a afirmação recorrente na literatura de que o brasileiro, em geral, não tem o hábito de realizar uma gestão financeira consistente, corroborando o que é apontado por Kiyosaki (2000), Medeiros et al. (2021) e Mendes et al (2025).

A segunda questão avaliou se os entrevistados conseguem poupar parte da renda mensal, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 02 - Capacidade de reservar parte da renda mensal

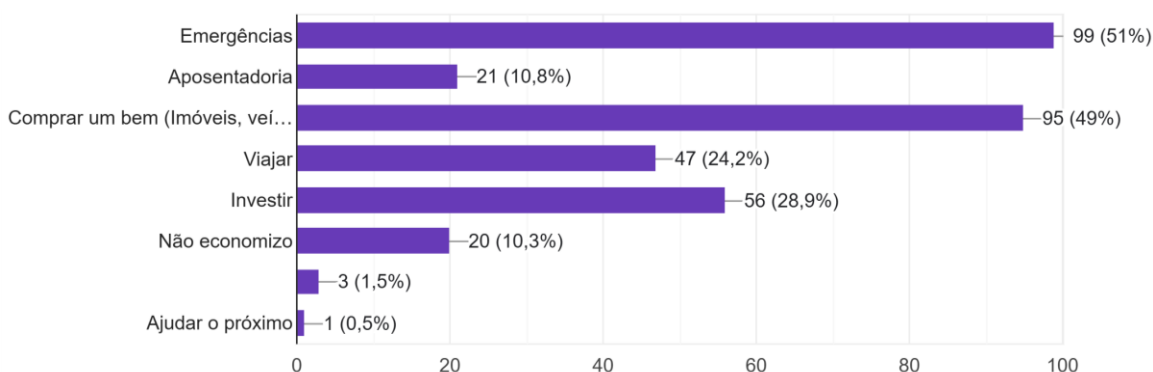


Fonte: Cunha, 2025.

Os dados revelam que 71,70% não conseguem reservar qualquer quantia ou apenas o fazem quando há sobra no orçamento, o que é preocupante e demonstra claramente a necessidade de fortalecer a educação financeira e estimular práticas de planejamento financeiro que favoreçam a formação de reserva e a construção de hábitos de poupança no longo prazo. indo de encontro ao que afirma Kiyosaki (2000), Medeiros et al. (2021) e Mendes et al (2025).

De maneira complementar, a terceira questão indagou qual o principal objetivo ao guardar dinheiro, como pode ser observado no Gráfico 3.

Gráfico 03 - Finalidade principal ao guardar dinheiro.



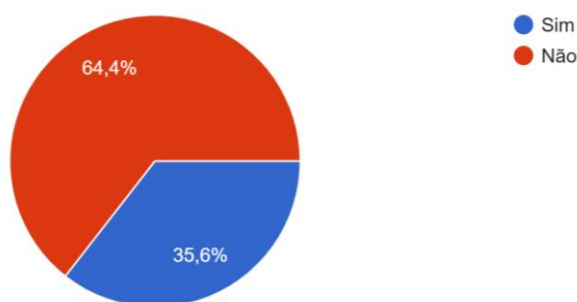
Fonte: Cunha, 2025.

Os resultados mostram que somente 10,8% poupam visando à aposentadoria, enquanto 49% têm como meta a aquisição de bens (imóveis, veículos, entre outros). Essas duas questões evidenciam que a poupança no Brasil é pouco praticada e, quando ocorre, tende a estar associada

ao consumo e não ao planejamento de longo prazo. Tal comportamento está alinhado ao que apontam Medeiros et al. (2021), Mendes et al (2025) e Farah (2018).

A quarta pergunta analisou se os respondentes possuem algum tipo de investimento atualmente, conforme o Gráfico 4.

Gráfico 04 – Posse de investimentos.

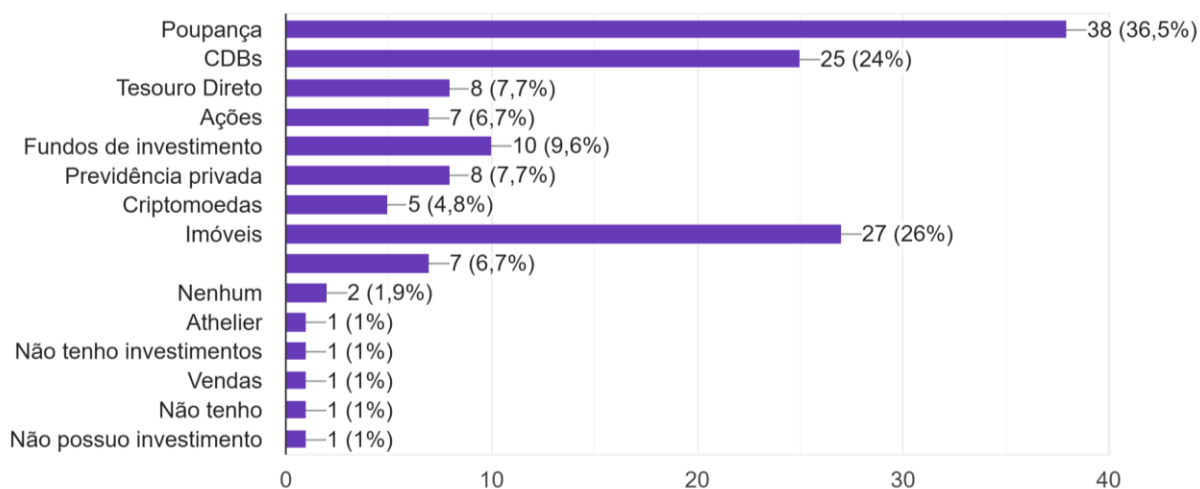


Fonte: Cunha, 2025.

Verificou-se que mais da metade da amostra não investe em nenhuma modalidade, reforçando a falta de hábito de investir entre os brasileiros, conforme discutido por Silva (2022) e Wisniewski (2011).

Para aqueles que afirmaram possuir investimentos, a quinta questão investigou em quais tipos de aplicações estão inseridos, conforme pode ser verificado no Gráfico 5.

Gráfico 05 - Classificação dos tipos de investimentos detidos.

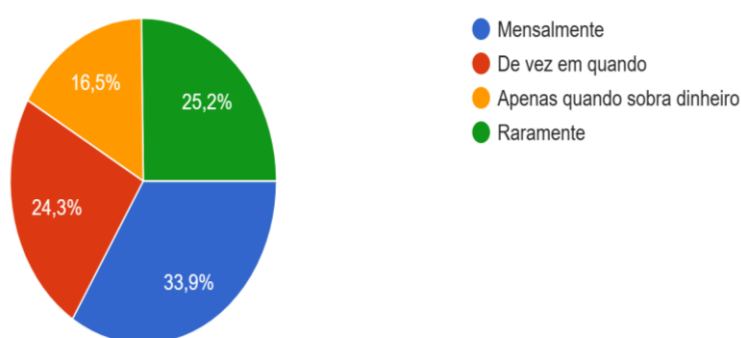


Fonte: Cunha, 2025.

Os resultados demonstram que a poupança continua sendo a principal escolha, apesar de ser o investimento de menor rentabilidade disponível. Esse dado confirma a carência de educação financeira, uma vez que a compreensão sobre risco, retorno e alternativas mais vantajosas permanece limitada, conforme argumentam Kiyosaki (2000), Silva (2022), Wisniewski (2011) e Medeiros et al. (2021). O elevado número de investidores em CDBs pode ser explicado pela popularização dos bancos digitais, como Nubank, Mercado Pago e C6 Bank, que remuneram automaticamente o saldo em conta a 100% do CDI, caracterizando um investimento pós-fixado de fácil acesso.

A sexta pergunta investigou a frequência dos aportes financeiros realizados pelos investidores, como demonstra o Gráfico 6.

Gráfico 06 – Frequência dos aportes em investimentos.

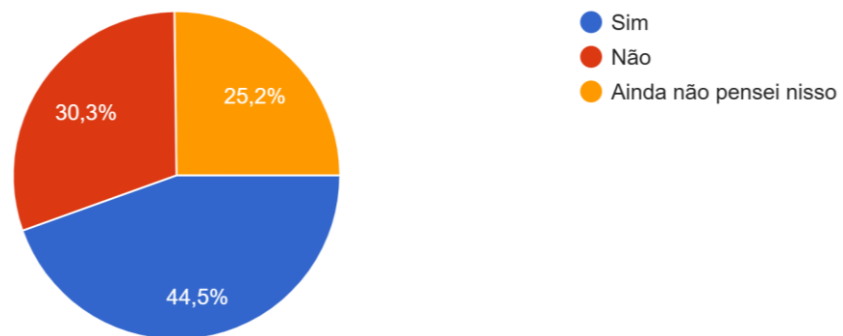


Fonte: Cunha, 2025.

Os dados apontam falta de constância nas contribuições, evidenciando fragilidade no hábito de poupar e ausência de visão de longo prazo. Essa conduta reforça argumentos presentes em Mendes et al (2025), Silva (2022), Farah (2018) e Silva (2016), que destacam a dificuldade dos brasileiros em manter disciplina financeira.

Em seguida, a sétima questão buscou identificar se os respondentes investem especificamente com foco na aposentadoria, como pode ser verificado no Gráfico 7.

Gráfico 07 - Realização de investimentos voltados à aposentadoria.

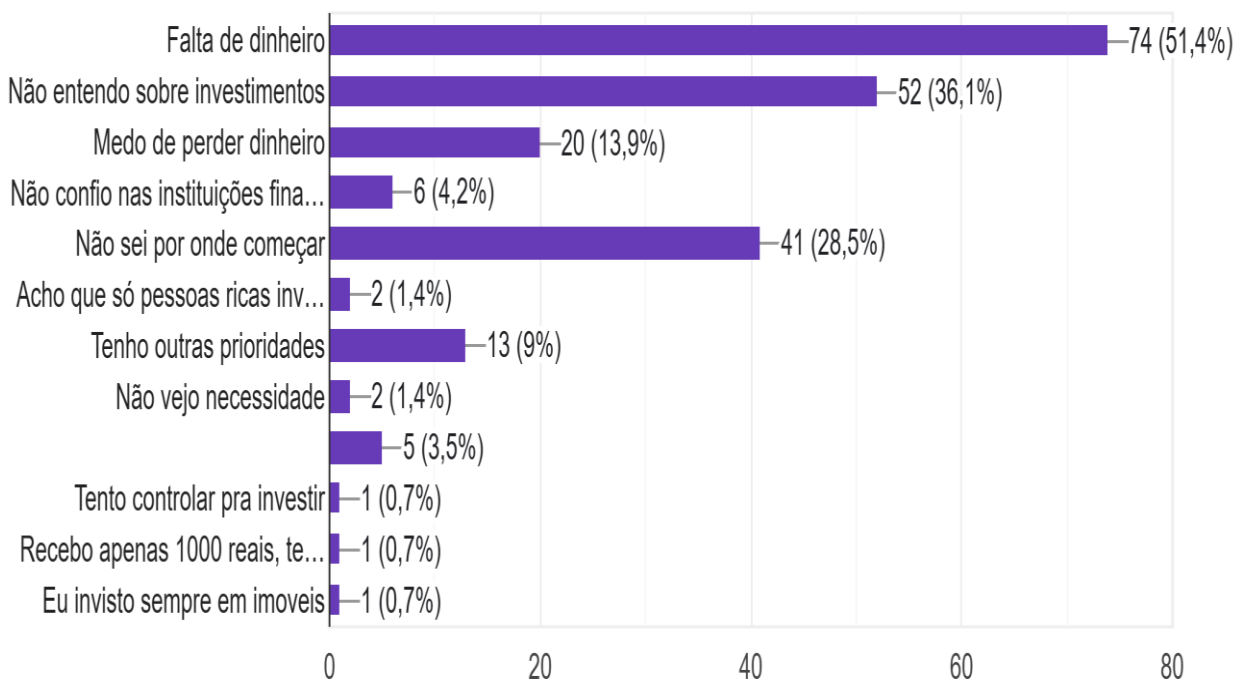


Fonte: Cunha, 2025.

Observou-se que 55,50% não investem com esse objetivo e parte dos entrevistados sequer havia refletido sobre o tema. Tal cenário indica que os investimentos ainda não são amplamente percebidos como uma alternativa relevante à aposentadoria pública, corroborando análises de Farah (2018), Silva (2016), Silva e Júnior (2025), Martins e Campani (2019 apud Santos, 2021), Moreira (2022) e Barbieri e Weiler (2024).

A oitava questão foi direcionada aos participantes que afirmaram não investir, buscando compreender os motivos da ausência de investimentos, conforme o gráfico 8.

Gráfico 08 - Razões declaradas para a ausência de investimentos.

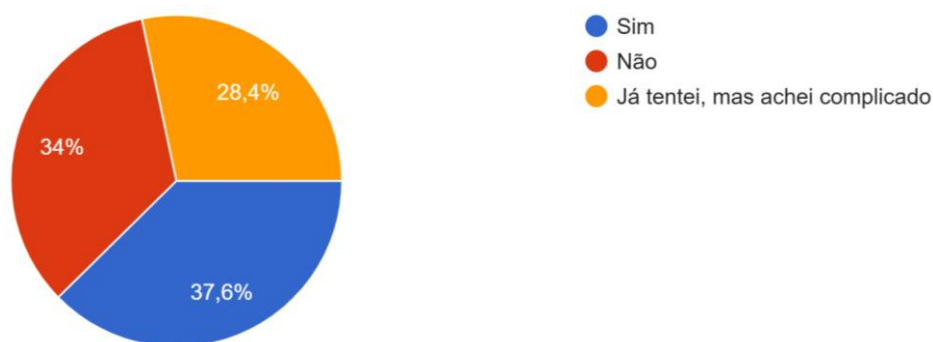


Fonte: Cunha, 2025.

Os dados mostram que 51,4% não investem por falta de dinheiro, enquanto 78,5% apontam desconhecimento, insegurança ou dificuldade em iniciar. Esse conjunto de fatores evidencia a falta de educação financeira, especialmente considerando que atualmente é possível investir valores mínimos, como R\$ 1,00, em produtos de baixo risco garantidos pelo FGC. As conclusões convergem com Kiyosaki (2000), Medeiros et al. (2021), Silva (2022), Wisniewski (2011) e Mendes et al (2025).

Na nona pergunta, questionou-se se os participantes já buscaram informações sobre como investir, apontado pelo Gráfico 9.

Gráfico 09 - Interesse e iniciativa em buscar conhecimento sobre investimentos.

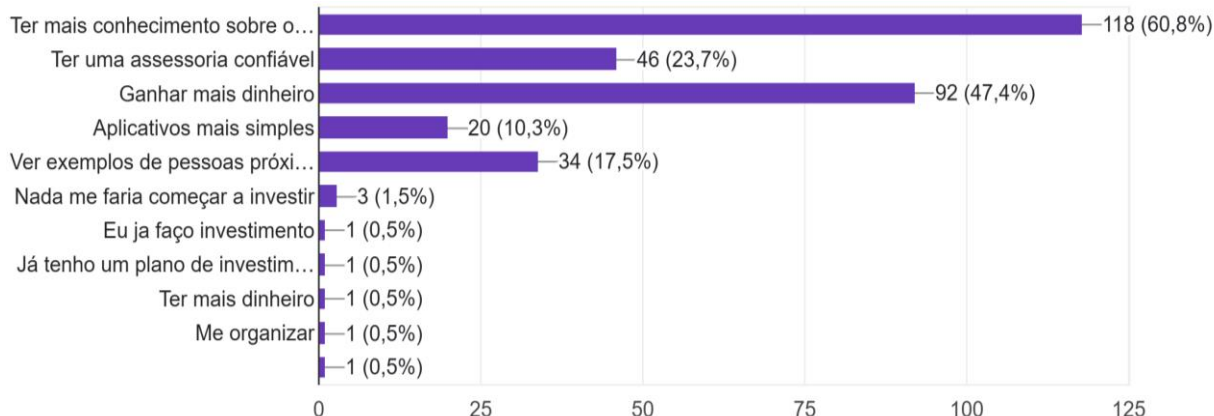


Fonte: Cunha, 2025.

Cerca de 34% declararam não ter interesse no assunto e 28,4% relataram ter procurado, porém consideraram o processo complexo. Assim, 62,4% demonstram dificuldade em iniciar sua jornada como investidores, seja por desinteresse, seja por barreiras de compreensão, alinhando-se aos apontamentos de Silva (2022), Medeiros et al. (2021), Wisniewski (2011) e Mendes et al (2025).

A décima questão, de múltiplas respostas, investigou o que ajudaria as pessoas a começarem a investir, conforme o Gráfico 10.

Gráfico 10 - Elementos que incentivariam o início do hábito de investir.

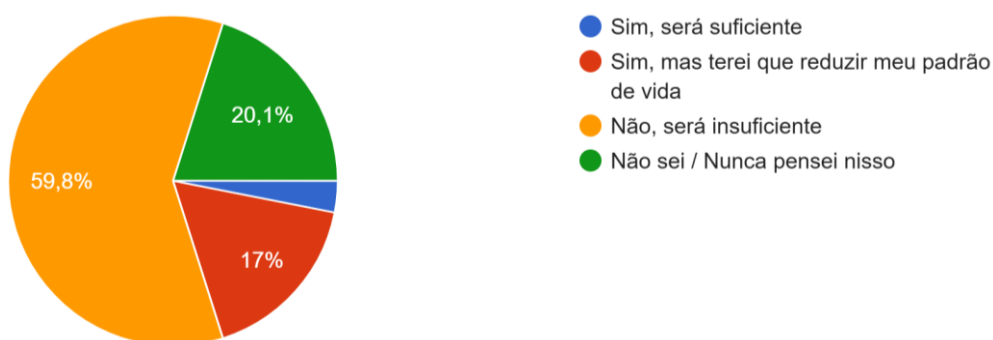


Fonte: Cunha, 2025.

Os resultados indicam que 84,5% acreditam que maior conhecimento ou orientação confiável seriam fatores determinantes para iniciar. Além disso, 23,7% apontam falta de dinheiro, o que reflete carências de planejamento financeiro e organização orçamentária. Esses dados confirmam que a ausência de educação financeira é um obstáculo significativo, corroborando autores como Kiyosaki (2000), Medeiros et al. (2021), Silva (2022), Wisniewski (2011) e Silva (2016).

Em seguida, procurou-se identificar se os entrevistados acreditam que conseguirão se aposentar apenas com o benefício do INSS, conforme pode ser verificado no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Percepção a insuficiência do INSS.

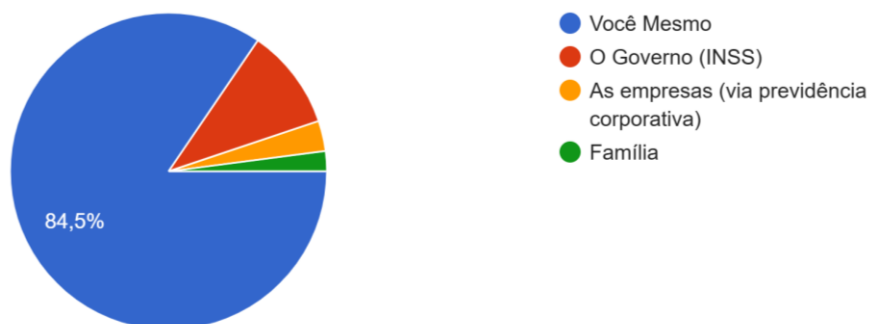


Fonte: Cunha, 2025.

Constatou-se que 76,8% reconhecem que o valor recebido não será suficiente para manter o padrão de vida atual, enquanto 20,1% nunca refletiram sobre o assunto. Isso demonstra que grande parte da população já percebe a fragilidade da previdência pública, em consonância com Farah (2018), Silva e Júnior (2025), Silva (2016), Moreira (2022) e Barbieri e Weiler (2024).

Logo após, investigou-se quem os participantes consideraram responsável por garantir uma aposentadoria tranquila, como aponta o Gráfico 12.

Gráfico 12 - Percepção sobre quem é o responsável por garantir a aposentadoria.

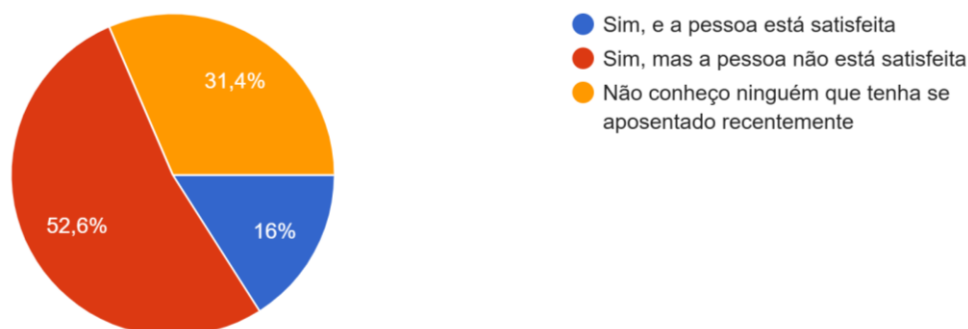


Fonte: Cunha, 2025.

Os resultados mostram que 84,5% reconhecem que essa responsabilidade recai sobre o próprio indivíduo, o que indica maior consciência sobre a necessidade de autonomia financeira. Essa perspectiva está alinhada às reflexões de Moreira (2022), Barbieri e Weiler (2024), Silva (2016) e Silva e Júnior (2025).

Por fim, examinou se os respondentes conhecem alguém que se aposentou recentemente e se essa pessoa está satisfeita com o valor recebido, conforme o Gráfico 13.

Gráfico 13 - Satisfação de pessoas que se aposentaram recentemente.



Fonte: Cunha, 2025.

Observou-se que mais da metade afirma conhecer casos em que o benefício é insuficiente, levando à redução do padrão de vida do aposentado. Esses achados reforçam as evidências apresentadas por Silva (2016), Farah (2018), Silva e Júnior (2025) e Martins e Campani (2019).



A análise dos dados evidenciou que a maior parte dos respondentes é composta por jovens adultos, com níveis variados de escolaridade, o que contribui para um panorama atualizado sobre comportamento financeiro no contexto brasileiro. Os resultados revelam fragilidades significativas relacionadas ao controle financeiro, à capacidade de poupança e ao hábito de investir. A maioria não registra com precisão seus gastos, não consegue poupar regularmente e, quando poupa, tende a fazê-lo com objetivos de curto ou médio prazo, como aquisição de bens, e não com foco na aposentadoria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o comportamento financeiro dos brasileiros, especialmente no que se refere ao planejamento da aposentadoria e ao uso de investimentos como estratégia complementar diante da crise da Previdência Social. Os resultados obtidos permitem concluir que, embora exista certa consciência sobre as limitações do sistema previdenciário, grande parte da população ainda não adota comportamentos financeiros adequados que assegurem estabilidade no longo prazo.

Os dados revelaram que a maioria dos participantes não realiza controle financeiro sistematizado, não possui constância na poupança e apresenta dificuldades em compreender conceitos básicos de investimento. Além disso, observou-se que muitos indivíduos percebem o processo de investir como complexo ou arriscado, o que reforça a importância da educação financeira para o desenvolvimento de competências que permitam decisões mais conscientes.

Ao cruzar dados sobre escolaridade e propensão de investir pensando na aposentadoria; e renda e a posse de investimentos, observa-se uma tendência direcional importante: níveis mais elevados de escolaridade tendem a apresentar maior proporção de respondentes que investem e que consideram o investimento como estratégia para a aposentadoria. Da mesma forma, faixas de renda mais altas apresentam maior proporção de participantes que possuem algum tipo de investimento, enquanto faixas de renda mais baixas concentram maior número de respostas negativas. Esse padrão torna o cenário ainda mais preocupante, pois indica que o planejamento de longo prazo e o comportamento financeiro preventivo tornam-se menos acessíveis justamente aos grupos mais vulneráveis.

Apesar da percepção generalizada de que o benefício do INSS não será suficiente para manter o padrão de vida na aposentadoria, a maior parte dos respondentes não investe com foco



previdenciário. A predominância da poupança como principal forma de investimento reforça a falta de preparo técnico e de conhecimento sobre alternativas mais rentáveis e adequadas à formação de patrimônio de longo prazo.

Outro ponto relevante identificado é que a população reconhece, majoritariamente, que a responsabilidade pela própria aposentadoria é individual, porém, essa compreensão ainda não se traduz de maneira consistente em ações práticas, devido a fatores como insegurança, falta de conhecimento, baixa renda disponível e ausência de planejamento financeiro.

Os achados apontam para a necessidade urgente de promover a educação financeira desde os primeiros anos de formação, ampliando o acesso a informações claras e confiáveis sobre investimentos, planejamento orçamentário e previdência. A literatura consultada e os dados empíricos convergem ao destacar que o investimento consciente e recorrente é uma alternativa viável para mitigar os impactos da crise previdenciária e garantir maior autonomia e segurança econômica na aposentadoria.

Conclui-se, portanto, que a construção de uma aposentadoria sólida exige mudanças comportamentais individuais, fundamentadas em conhecimento, disciplina e visão de longo prazo. Investir de forma consistente, aliada ao planejamento financeiro adequado, constitui passo essencial para que os brasileiros enfrentem os desafios impostos pela realidade previdenciária contemporânea. A inclusão da educação financeira como um componente curricular do ensino básico, em muito colaboraria para a formação de uma mentalidade de investidor nos brasileiros.

6 REFERÊNCIAS

Apostila do programa bem estar financeiro, modulo 7 (2021). Disponível em: <<https://www.gov.br/investidor/pt-br/educacional/programa-bem-estar-financeiro>>. Acesso em 19/05/2025

BARBIERI, Loris & WEILER, Tatiane (2024) O Poder Transformador dos Investimentos Individuais: Uma Jornada para a Independência Financeira - O impacto das estratégias de investimento no desenvolvimento econômico e na renda passiva. p.8

CRESWELL, John W. (2010) PROJETO DE PESQUISA: MÉTODOS QUALITATIVO, QUANTITATIVO E MISTO.



CUNHA, Gustavo. (2025). **Gráficos formulário google forms**. Disponível em: <https://forms.gle/eJh77efuTEf9rMys9>. Acesso em 05/10/2025.

FARAH, Nívea (2018) **Reforma da previdência: rombo ou roubo?**. p.9

GARCIA, Iago. Luiz Barsi: **como fez fortuna o “Rei dos Dividendos”**. XP INVESTIMENTOS (2021). Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/luiz-barsi-saiba-como-o-warren-buffett-brasileiro-fez-fortuna-focando-em-dividendos/>. Acesso em 20/05/2025.

GIL, Antonio Carlos. (2019) **Como elaborar Projetos de Pesquisa**.

Governo Central registra déficit primário de R\$ 22,404 bilhões em agosto de 2024. MINISTÉRIO DA FAZENDA (2024). Disponível em: < <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2024/outubro/governo-central-registra-deficit-primario-de-r-22-404-bilhoes-em-agosto-de-2024> >. Acesso em 19/05/2025.

HAIR, Joseph et al. (2009). **Análise Multivariada de Dados**.

IBGE, Censo Demográfico.1970, 2000 e 2022. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html> >. Acesso em 19/05/2025

MARCONI, Marina e LAKATOS, Eva (2017). **Fundamentos de Metodologia Científica**.

MEDEIROS et al (2021) **Ausência de educação financeira no Brasil: o impacto à sociedade e a possibilidade de reversão**. p.3, p.4, p.6 e p.8

Mendes et al (2025) **Educação financeira e o desenvolvimento de hábitos de investimento: desinformação entre jovens brasileiros sobre criptomoedas e investimentos digitais**. p. 257

MOREIRA, Fernanda. (2022) **O investimento em reits como forma de planejamento de aposentadoria**. p.14, p.20 e p.32

Previdência Social. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Disponível em: < <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/politica-fiscal/atuacao-spe/previdencia-social> >. Acesso em 29/04/2025.



SANTOS, Mauro (2021) **A relação entre jovens universitários e investimentos em valores mobiliários que possibilitem renda passiva para aposentadoria.** p.5 e p.9.

SILVA, &, JUNIOR, Eloy (2025) **A problemática do envelhecimento populacional e da crise do sistema previdenciário e a asseguaração do direito fundamental à previdência social na sociedade brasileira.** p.2 e p4

SILVA, Eliene (2016) **Previdência privada: benefícios como investimento complementar da aposentadoria.** p.1

SILVA, Victor. (2022) **Renda passiva: a busca pela independência financeira com a estratégia buy and hold.**p.13, p.14, p.15, p.16 e p.23

WISNIEWSKI, Marina. (2011) **A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro.** p. 156 e p.157

APÊNDICE 1 – Questionário aplicado.

Dados Pessoais

1. Qual sua faixa etária?

- Menos de 18 anos
- 18 a 25 anos
- 26 a 35 anos
- 36 a 50 anos
- Acima de 50 anos

2. Qual seu nível de escolaridade?

- Ensino fundamental
- Ensino médio
- Ensino superior
- Pós-graduação ou mais
- Sem escolaridade



3. Qual sua renda mensal individual aproximada?

- Até R\$ 1.518,00 (até 1 salário mínimo)
- De R\$ 1.518,01 a R\$ 3.000,00
- De R\$ 3.000,01 a R\$ 5.000,00
- De R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00
- Acima de R\$ 10.000,00
- Prefiro não responder

4. Qual sua situação empregatícia?

- Empregado com carteira assinada
- Autônomo/Empreendedor
- Funcionário público
- Desempregado
- Aposentado
- Estudante
- Outro: _____

Hábitos Financeiros

5. Você costuma controlar seus gastos mensais?

- Sim, anoto tudo
- Tenho um controle aproximado
- Não costumo controlar

6. Você consegue guardar uma parte da sua renda todo mês?

- Sim, regularmente
- Às vezes, quando sobra
- Raramente
- Nunca consigo guardar



7. Qual seu principal objetivo ao economizar dinheiro? (pode escolher mais de uma)

- Emergências
- Aposentadoria
- Comprar um bem (Imóveis, veículos e outros)
- Viajar
- Investir
- Não economizo
- Outro: _____

Investimentos

8. Você tem algum tipo de investimento atualmente?

(Se “Não”, vá para a pergunta 12.)

- Sim
- Não

9. Quais tipos de investimento você possui? (pode marcar mais de um)

- Poupança
- CDBs
- Tesouro Direto
- Ações
- Fundos de investimento
- Previdência privada
- Criptomoedas
- Imóveis
- Outro: _____

10. Com que frequência você investe?



- Mensalmente
- De vez em quando
- Apenas quando sobra dinheiro
- Raramente

11. Você já investe pensando na sua aposentadoria?

- Sim
- Não
- Ainda não pensei nisso

Barreiras ao investimento

12. Se você não investe, qual(is) o(s) motivo(s)? (pode escolher mais de um)

- Falta de dinheiro
- Não entendo sobre investimentos
- Medo de perder dinheiro
- Não confio nas instituições financeiras
- Não sei por onde começar
- Acho que só pessoas ricas investem
- Tenho outras prioridades
- Não vejo necessidade
- Outro: _____

13. Você já procurou informações sobre como investir?

- Sim
- Não
- Já tentei, mas achei complicado

14. O que te ajudaria a começar a investir? (pode escolher mais de um)



- Ter mais conhecimento sobre o assunto
- Ter uma assessoria confiável
- Ganhar mais dinheiro
- Aplicativos mais simples
- Ver exemplos de pessoas próximas que investem
- Nada me faria começar a investir
- Outro: _____

Aposentadoria e Futuro Financeiro

15. Você acredita que poderá se aposentar apenas com o benefício do INSS?

- Sim, será suficiente
- Sim, mas terei que reduzir meu padrão de vida
- Não, será insuficiente
- Não sei / Nunca pensei nisso

16. Quem você acredita que é o principal responsável por garantir uma aposentadoria tranquila?

- Você mesmo
- O Governo (INSS)
- As empresas (via previdência corporativa)
- Família
- Outro: _____

17. Você conhece alguém que se aposentou recentemente? Se sim, está satisfeito com o valor recebido?

- Sim, e a pessoa está satisfeita
- Sim, mas a pessoa não está satisfeita
- Não conheço ninguém que tenha se aposentado recentemente